UNIVERSIDADE
SÃO FRANCISCO

RESOLUÇÃO CONSEPE 14/2005

REFERENDA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - SINAES.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV do artigo 23 do Estatuto e em cumprimento à deliberação do Colegiado em 31 de março de 2005, constante do Parecer CONSEPE 15/2005 – Processo 15/2005, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO

Artigo 1.º Fica referendada a aprovação do Projeto de Auto-Avaliação da Universidade São Francisco - SINAES, conforme anexo.

Artigo 2.º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

Bragança Paulista, 31 de março de 2005.

Gilberto Gonçalves Garcia, OFM
Presidente

Anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

UNIVERSIDADE
SÃO FRANCISCO

PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - SINAES

Bragança Paulista – SP

2005

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

SUMÁRIO

Introdução..... 4

1. Contexto Institucional..... 5
1.1 Dados da Instituição..... 5
1.2 O Programa de Avaliação Institucional na USF..... 12
1.2.1 Princípios..... 12
1.2.2 Funcionalidades do Programa..... 14
1.2.3 Resultados do Programa 15

2. O Projeto de Auto-Avaliação da Universidade São Francisco - SINAES..... 17
2.1 Objetivos do Projeto..... 17
2.2 Metodologia..... 17
2.3 Cronograma do Projeto..... 18
2.4 Metodologia adotada nas ações 19

3. Referências Bibliográficas 26

Anexo I 27

Introdução

A compreensão de que a educação é instrumento fundamental para o desenvolvimento humano está presente na agenda política e social do Brasil e da maior parte dos países latino-americanos desde a década de 60 do século passado. Nem sempre, no entanto, esta compreensão resultou em ações e investimentos compatíveis com a importância estratégica da educação para a transformação do quadro social de subdesenvolvimento da região.

Após um período de expansão da oferta de educação em todos os níveis, sobretudo nos últimos 20 anos no Brasil, surgiu a necessidade inadiável de avaliar o impacto desta expansão.

A necessidade de consolidar processos de avaliação do Ensino Superior no Brasil, dentro de um processo mais amplo de avaliação da estrutura educacional brasileira, já vinha sendo sentida há bastante tempo. Partindo de uma revisão crítica dos esforços de avaliação do Ensino Superior iniciados nos dois governos anteriores, a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, do Governo Federal, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Soma-se no SINAES, ao conjunto de atividades já previstas e implantadas anteriormente, uma nova e criativa dimensão da avaliação, aquela exercitada pela própria instituição, não mais vista como o cumprimento de uma formalidade de credibilidade junto aos órgãos normativos e reguladores do processo educacional e sim como um processo permanente de auto-exame, autocrítica e auto-aperfeiçoamento de suas dinâmicas políticas, pedagógicas e sociais.

A avaliação institucional constitui-se em um grande desafio para as Instituições de Ensino Superior, pois implica refletir sobre as atividades-fins, como o ensino, a pesquisa e a extensão, e sobre as atividades-meio, como a gestão acadêmica e administrativa. Além de permitir a busca pela melhoria contínua da qualidade acadêmica e da gestão universitária, a avaliação representa também uma forma de prestação de contas das ações e do desempenho da instituição perante a sociedade.

No mundo atual, caracterizado por intensas mudanças de natureza social, econômica e tecnológica, com o surgimento da denominada sociedade do conhecimento, que exige de pessoas e empresas reflexões cada vez mais apuradas da realidade, a disponibilidade de informações precisas e atualizadas é fator preponderante e representa um poderoso diferencial de vantagem competitiva para as organizações, qualquer que seja a sua área de atuação. No caso específico das instituições de ensino, é necessário que se avalie permanentemente o seu desempenho, para que os resultados possam ser utilizados para a tomada de decisões rápidas e seguras.

O objetivo principal da avaliação na Universidade São Francisco consiste em instituí-la como prática permanente de auto-reflexão e análise de suas ações, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e de decisão e para a criação de uma cultura avaliativa dentro da instituição.

Para que se atinja este objetivo, numa perspectiva participativa, o processo é conduzido por etapas, iniciando pela sensibilização e passando pelo diagnóstico, pela avaliação interna, pela avaliação externa e pela tomada de decisão e reavaliação do próprio processo.

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas (diretrizes Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES).

Com a aprovação da Lei n.º 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, prevê que cada Instituição de Ensino Superior (IES) realize uma análise/reflexão sobre sua experiência de avaliação e desenvolva um novo projeto a partir das diretrizes apontadas pelo SINAES. Este documento tem por objetivo apresentar este projeto.

1. Contexto Institucional

1.1 Dados da Instituição

Resgatando o histórico da Universidade São Francisco, não se pode indissociá-la daquilo que foi e ainda é a história de sua mantenedora, a Casa Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana (CNSP-ASF), que foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1945, na forma de associação de fins educacionais e assistenciais, sem objetivos econômicos ou de lucros para os seus sócios.

Em 1.º de maio de 1976 ocorreu a transferência da sede social da cidade do Rio de Janeiro para o município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, estabelecendo-se na Av. São Francisco de Assis, 218.

A CNSP-ASF, atualmente com atuação na área do ensino apenas em nível superior, mantém como única unidade dependente e sem personalidade jurídica própria a Universidade São Francisco, que se caracteriza como uma universidade multicâmpus, com câmpus estabelecidos nas cidades de Bragança Paulista, Itatiba, São Paulo e Campinas, todas localizadas no Estado de São Paulo. É através da Universidade São Francisco e seus órgãos suplementares que a CNSP-ASF viabiliza a sua proposta de educação para a paz, prestando serviços de educação e assistência social.

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

A instituição mantida pela CNSP-ASF, Universidade São Francisco, tem sua história iniciando-se no ano de 1976, com as então chamadas Faculdades Franciscanas, na verdade, o Instituto Superior da Região Bragantina.

Em virtude da tradição educacional franciscana é que teve início o processo que outorgou a um grupo de frades franciscanos empreendedores e corajosos o destino do que viria a ser a Universidade São Francisco.

Havia o propósito dos Franciscanos em intensificar sua presença institucional em meio à educação brasileira e, sobretudo, em meio à juventude universitária, para com ela compartilhar o legado deixado por São Francisco de Assis, a boa-nova do Evangelho e a missão de educar para o bem e a paz.

Aos Franciscanos caberia restaurar e consolidar o complexo universitário abrangido pelo Instituto Superior da Região Bragantina, garantindo-lhe a continuidade. Em contrapartida, os frades solicitavam que, com dedicação e afinco, as ações cabíveis à obra de restauração e consolidação do complexo pudessem levá-lo à condição de universidade – a Universidade São Francisco.

Nesse contexto, datado de 1.º de maio de 1976, a CNSP-ASF, instituição filiada à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, toma posse como mantenedora das Faculdades Franciscanas.

As novas diretrizes políticas e administrativas empregadas à frente da gestão do renovado complexo educacional conquistaram a aceitação e aprovação de toda a comunidade acadêmica e também das principais autoridades ligadas à área da educação, no âmbito estadual e federal. Isso tudo contribuiu significativamente para demonstrar que as Faculdades Franciscanas já haviam atingido a maturidade funcional e pedagógica necessária para pleitear o reconhecimento como universidade, que era o objetivo dos frades, inclusive tendo destaque condicional quando do acordo entre as partes.

Enfim, chegara o reconhecimento pelo árduo e comprometido trabalho desenvolvido pelos frades e por toda a comunidade universitária, e o Ministro da Educação e Cultura, no dia 24/10/1985, baixou Portaria Ministerial n.º 821, que concedia definitivamente reconhecimento à Universidade São Francisco.

A competência acadêmica exige a produção de conhecimento e de profissionais críticos, participativos, comprometidos e, sobretudo, humanos. O Projeto Pedagógico Institucional da Universidade São Francisco (USF) se pauta pela adoção de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas, estimuladoras e promotoras da cidadania, que consideram o homem em seu todo. Em decorrência disso, pretende formar um aluno criador e interferente, que problematize com competência e responsabilidade e modifique a vida em sociedade – sabedor do sujeito pleno que é.

O Projeto Pedagógico da USF tem como objetivo maior o atendimento às demandas do mercado de trabalho e às características ditadas pelos requisitos regionais, resgatando diretamente o processo de ensino/aprendizagem significativo, valorizando o contato, o diálogo com a comunidade, difundindo o saber aqui produzido e, assim, efetivando melhorias concretas, novas formas de ver e fazer o mundo no qual se insere o indivíduo.

A Instituição, para a consecução de seus propósitos, dado o intenso processo de transformações que vem atingindo praticamente todos os campos da organização econômica, social e política das sociedades, busca atender aos princípios da organização da gestão de forma matricial, facilitando o acesso à informação e uma maior rapidez nas decisões. Assim sendo, a Universidade São Francisco, em sua organização administrativa, adota um organograma que congrega desde a mantenedora até os órgãos de execução, deixando clara a total interação existente entre as extremidades.

A Universidade São Francisco, através de seus quatro Câmpus, tem como microrregiões de atuação (abrangência) a Microrregião de Bragança Paulista, composta por 8 municípios, a Microrregião de Jundiaí (onde se localiza o Câmpus de Itatiba, composta por 8 municípios, a Microrregião de Campinas (Câmpus de Campinas), composta por 26 municípios e a Microrregião de São Paulo (Grande São Paulo), abrangida pelo Câmpus localizado naquela capital, composta por 37 municípios.

Essa região de abrangência apresenta grande potencial nos setores primário, secundário e terciário da economia, além de registrar altas taxas de densidade demográfica, o que gera significativo desenvolvimento social, econômico e cultural e, ao mesmo tempo, os problemas característicos dos grandes aglomerados urbanos.

Nesse contexto, a Universidade São Francisco se insere para prestar seus serviços, por meio do desenvolvimento das atividades-fim (ensino/pesquisa/extensão), constituindo-se em uma unidade-força de desenvolvimento da comunidade local e regional.

Os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais da Universidade São Francisco estão definidos em sua missão, base de sua construção estratégica. Assim, constituída pela comunidade de professores, corpo técnico-administrativo e alunos, a **Universidade São Francisco, sob inspiração de seu patrono São Francisco de Assis, tem por missão produzir e difundir o conhecimento, libertar o ser humano pelo diálogo entre a ciência e a fé e promover fraternidade e solidariedade, mediante a prática do bem e conseqüente construção da paz.**

Essa missão reflete, em sua essência, os elementos básicos da Proposta Político-Pedagógica da Universidade São Francisco, reafirmando seu papel como instituição universitária voltada para a geração do ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Todavia isso não basta, é necessário qualificar o tipo de formação pretendida e os valores a serem veiculados.

A razão de ser da Universidade São Francisco é a educação, balizada pelas finalidades e propósitos consoantes à letra disposta no artigo 4.º de seu estatuto, que trata das finalidades e propósitos:

- Educar integralmente o ser humano;
- Formar profissionais e especialistas em nível superior em todas as áreas do conhecimento humano;
- Estimular as atividades culturais, observando as conveniências e exigências da vida moderna, ministrando o ensino superior indissociado da pesquisa e extensão na forma disposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;
- Promover, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento, com abertura às variadas concepções pedagógicas;
- Promover a integração entre os diversos campos do saber e o encontro entre a ciência e a fé, respeitado o direito de liberdade de consciência;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, comunicando o saber por meio do ensino, da publicação ou das outras formas de comunicação;
- Desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere;
- Contribuir para o progresso educacional do Estado e das Regiões por meio de uma crescente integração com a comunidade na qual está inserida;
- Prover-se de mecanismos que garantam o padrão de qualidade;
- Buscar resposta aos desafios que comprometem a vida;
- Buscar intercâmbio e interações com instituições que promovem a educação, a ciência, a cultura e a arte, a fim de assegurar a universalidade de sua missão;
- Estimular a formação continuada e criar condições para sua concretização;
- Proclamar, estimular e promover a fraternidade universal e o respeito a todas as criaturas.

O projeto institucional da USF está orientado à formação humana discente, docente e técnico-administrativa, para o desempenho de suas funções profissionais com criatividade e competência, para responder às solicitações e às necessidades sociais relativas ao mercado de trabalho, em suas tendências de transformações constantes e aceleradas.

A gestão educacional da USF tem o compromisso de procurar satisfazer as expectativas de seus acadêmicos, com a proposição de cursos como respostas criativas, atualizadas e consoantes ao movimento de transformação social, considerando o desenvolvimento técnico-científico, artístico e tecnológico como aliados poderosos *à melhoria da qualidade de vida* dos participantes do processo educacional, nos diversos níveis e modalidades ofertados pela Universidade.

Seguem no quadro abaixo os cursos de graduação oferecidos pela instituição e os programas de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*.

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

Câmpus	Cursos de Graduação	Turno
BP	ADMINISTRAÇÃO	MAT e NOT
BP	ADMINISTRAÇÃO	NOT
BP	CIÊNCIAS - HAB. EM BIO/QUÍ	NOT
BP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOT
BP	DIREITO	MAT e NOT
BP	DIREITO	NOT
BP	EDUCAÇÃO FÍSICA	NOT
BP	ENFERMAGEM	DIU e VES
BP	FARMÁCIA	DIU e NOT
BP	FISIOTERAPIA	MAT e VES
BP	HOTELARIA	MAT e NOT
BP	MEDICINA	DIU
BP	NUTRIÇÃO	NOT
BP	ODONTOLOGIA	DIU e NOT
BP	PEDAGOGIA	NOT
BP	QUÍMICA	NOT
BP	TURISMO	NOT
IT	ADMINISTRAÇÃO	NOT
IT	ANÁLISE DE SISTEMAS	NOT
IT	ARQUITETURA E URBANISMO	NOT
IT	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	NOT
IT	ENGENHARIA CIVIL	NOT
IT	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	NOT
IT	ENGENHARIA ELÉTRICA	NOT
IT	ENGENHARIA INDUSTRIAL - MOD. MECÂNICA	NOT
IT	ENGENHARIA MECÂNICA - AUTOMAÇÃO E SISTEMAS	NOT
IT	LETRAS	NOT
IT	MATEMÁTICA	NOT
IT	PEDAGOGIA	MAT e NOT
IT	PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO	MAT e NOT
IT	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	NOT
SP	ADMINISTRAÇÃO	NOT
SP	DIREITO	MAT e NOT
SP	PSICOLOGIA	MAT e NOT
SP	SERVIÇO SOCIAL	NOT
CP	ADMINISTRAÇÃO	NOT
CP	ENGENHARIA AMBIENTAL	NOT
CP	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	NOT
CP	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	NOT
CP	ENGENHARIA ELÉTRICA	NOT
CP	ENGENHARIA MECÂNICA - AUTOMAÇÃO E SISTEMAS	NOT
CP	PEDAGOGIA	NOT

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

Câmpus	Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*	Turno
BP	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS – MESTRADO	DIU
IT	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENG. E CIÊNC. DOS MATERIAIS – MESTRADO	DIU
IT	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA – MESTRADO	DIU
IT	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA – DOUTORADO	DIU
IT	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO – MESTRADO	DIU
Câmpus	**Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***	**Turno**
BP	PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA	DIU
BP	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO TRIBUTÁRIO	NOT
BP	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL	NOT
BP	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS	NOT
IT	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS	NOT
IT	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	NOT
IT	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	NOT
CP	ADMINISTRAÇÃO	NOT
CP	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS	NOT
CP	DIREITO EMPRESARIAL	NOT

1.2 O Programa de Avaliação Institucional da Universidade São Francisco

1.2.1 Princípios

A Universidade São Francisco vem desenvolvendo e implementando nos últimos anos um modelo de auto-avaliação que, gradativamente, incorpore e acompanhe o processo de crescimento da própria Instituição. Apesar de ser um processo planejado e conduzido internamente, revela-se como tarefa árdua e complexa. A sua implantação é uma ação ainda mais desafiadora, pois implica investigar as práticas administrativas e pedagógicas, com senso crítico e participativo, a fim de identificar as suas potencialidades e limitações para auxiliar no processo decisório, visando à melhoria da qualidade de ensino e da gestão acadêmica.

A Comissão de Avaliação Institucional foi constituída em 2003, com o objetivo de manter a comunidade acadêmica consciente do valor e da eficácia da avaliação como instrumento promotor da eficiência e qualidade, para alcance dos objetivos institucionais, além de manter a integração entre prática avaliativa e o processo administrativo da Universidade São Francisco.

Esta avaliação é levada a termo por meio de um Programa de Avaliação Institucional, pautada em princípios de globalidade, aceitação, legitimidade e adesão à avaliação, para fundamentar as etapas consecutivas e interdependentes de:

- sensibilização da comunidade como forma de garantir a sua aceitação e participação no processo avaliativo;
- diagnóstico multidimensional da realidade por meio da construção de indicadores quantitativos e qualitativos;
- avaliação interna e externa dos cursos;
- reavaliação com base nas informações e recomendações da avaliação interna e externa;
- reformulação e difusão de políticas institucionais e de modelos de gestão acadêmica e administrativa, mediante a implementação de medidas apontadas pelo processo de avaliação.

Fazendo parte de um processo mais amplo de desenvolvimento institucional, na Universidade São Francisco a prática permanente de auto-reflexão e análise de suas ações permite melhorar continuamente os processos de planejamento e tomada de decisão.

Na Instituição, o ponto de partida da avaliação foi o ensino de graduação, especificamente quanto às disciplinas, ao desempenho e relacionamento docente e à auto-avaliação discente. Em seguida, desenvolveram-se instrumentos para identificar a satisfação dos alunos com relação à infra-estrutura e serviços administrativos oferecidos. A avaliação na óptica dos docentes também tem sido contemplada para identificar as suas opiniões com relação às turmas e à Instituição. Investigações de natureza externa também foram efetuadas, para determinar a imagem e o posicionamento da Instituição na região em que atua.

Estas avaliações ofertadas através de acesso informatizado, implantado a partir de 2003, oferecem parâmetros para uma análise dos resultados obtidos na pesquisa, discussão com a comunidade acadêmica e tomada de decisões nas mais distintas esferas da gestão institucional.

As avaliações externas realizadas pelas comissões do INEP nos cursos de graduação contempla outra etapa do processo e seus resultados permitem a realização de discussões entre gestores e coordenadores de cursos, resultando em relatório-síntese dos resultados e ações propostas.

Outra preocupação da instituição surgiu da necessidade de desenvolver instrumentos próprios para coletar dados sobre a qualidade do *processo* de ensino–aprendizado dos cursos de graduação, principalmente após o MEC criar, através da Lei n.º 9.131/95, o ENC – Exame Nacional de Cursos. Dado o caráter puramente somativo deste exame, entende que a análise dos resultados obtidos pelos alunos prováveis formandos no ENC permite identificar algumas falhas na formação dos alunos, porém não permite atuar junto a este aluno egresso. Além disto, muitos são os cursos de graduação que não participam do ENC e que não contam com nenhum mecanismo sistemático de avaliação da qualidade da aprendizagem. Por fim, percebeu-se que não era possível simplesmente ficar atrelados a uma avaliação externa, cujos objetivos e regras são passíveis de mudança de acordo com a política nacional.

Surgiu então o Projeto de Avaliação Pluridisciplinar Continuada, que se trata de um sistema interno de acompanhamento da qualidade de ensino–aprendizagem que tem como objetivo geral colaborar com a melhoria da qualidade do ensino de graduação oferecido pela Universidade São Francisco.

Considerando-se o perfil profissiográfico de cada curso, este projeto tem como finalidade desenvolver e aplicar avaliações pluridisciplinares semestrais que permitam acompanhar o desenvolvimento das habilidades, competências e conteúdos necessários à formação do aluno, fornecendo, por meio dos resultados obtidos nestas avaliações, subsídios para identificação e correção de eventuais falhas, ainda durante o decorrer do processo de ensino–aprendizado.

Todos os processos relatados foram desenvolvidos pela Comissão de Avaliação e contam também com o apoio operacional e técnico de um grupo composto por funcionários técnico-administrativos com especialização na área de tecnologia da informação. O resumo contendo o histórico das atividades desenvolvidas no período de 2002 a 2005 estão descritos no Anexo 1 deste documento.

1.2.1 Funcionalidades do Programa

A administração acadêmica tem se tornado uma atividade cada vez mais complexa, à medida que se torna necessário colocar à disposição de toda a comunidade (diretores, professores, funcionários e alunos) informações precisas e completas, de maneira rápida e eficiente, tanto no que diz respeito a informações acadêmicas quanto financeiras da Instituição. Para atender a essas necessidades, um sistema informatizado gere todas as tarefas de administração nos cursos de graduação, extensão e pós-graduação.

Este sistema prevê a integração das diversas bases de dados e acesso compartilhado, colocando à disposição da administração da Universidade São Francisco o acesso on-line a todas as informações necessárias a cada tipo de usuário. Mantém atualizados os cadastros de alunos e disciplinas, o registro de notas, freqüência e matrículas dos alunos, além de outras funcionalidades.

Além das informações acadêmicas e administrativas, é necessário também disponibilizar de forma rápida e eficiente as informações resultantes do processo de auto-avaliação conduzido pela instituição. No caso da pesquisa de avaliação do desempenho docente, pelos meios tradicionais, havia questionários em papel, o que exige o planejamento de uma logística eficiente e demanda uma grande quantidade de recursos materiais e humanos necessários à sua aplicação.

Em razão disso, os custos envolvidos neste processo são elevados e o tempo para a digitação, crítica, processamento e análise dos resultados é demorado, tendo em vista o volume de informações e o conjunto de relatórios gerados. Estes são fatores que normalmente contribuem para que o retorno desta dimensão da avaliação, em relação aos resultados analíticos e ações de melhoria, não seja conhecido e implementado em tempo hábil.

Com o intuito de implantar um processo mais eficiente e dinâmico de avaliação, desde 2003, foi desenvolvido um sistema de avaliação on-line, utilizando os recursos da internet. Assim, o aluno e o docente participam da avaliação de forma sistemática, ao final de cada período letivo, respondendo ao instrumento e à avaliação qualitativa, pois podem fazer comentários sobre os aspectos avaliados.

Para a realização da avaliação on-line, o aluno informa seu número de matrícula e senha. Ao preencher esta informação, o sistema apresenta o questionário de avaliação, levando em conta as informações pertinentes ao seu curso, professores e disciplinas. Na seqüência, serão apresentados ao aluno os quesitos a serem avaliados.

Valendo-se das informações prestadas pelos alunos, é criada a base de dados da avaliação, que, integrada à base de dados do sistema acadêmico, permite a elaboração de relatórios detalhados ou resumidos, segmentados de acordo com as diversas necessidades. Alguns dos relatórios gerados são:

- Desempenho dos Docentes da Instituição.
- Desempenho dos Docentes do Câmpus.
- Desempenho dos Docentes do Curso.
- Desempenho do Docente por Disciplina.

- Avaliação Qualitativa com base nos comentários feitos pelo aluno (por curso e disciplina).
- Avaliação da Infra-Estrutura e Serviços (geral, por câmpus e curso).
- Avaliação de Bibliotecas (geral, por câmpus e curso).
- Avaliação de Coordenadores (geral, por câmpus e curso).
- Pesquisa de Clima Organizacional (por câmpus, por categoria funcional, quantitativo e qualitativo).
- Perfil do Estudante (geral, por câmpus e curso).
- Perfil do Ingressante (geral, por câmpus e curso).

Por se tratar de uma questão cultural, sabemos das dificuldades que são encontradas na implantação de um Sistema de Avaliação desta amplitude. Várias ações e estratégias são necessárias para a obtenção de êxito, bem como o constante aprimoramento do processo. Podemos destacar:

- Envolvimento dos coordenadores, docentes e discentes no processo, através de reuniões para discussão dos instrumentos e resultados;
- Envolvimento do corpo de funcionários técnico-administrativos, com a realização de encontros periódicos que fazem parte do Programa Institucional de Capacitação;
- Mecanismos de divulgação: envio de e-mail, mensagens no “Aluno on-line”, cartazes, reuniões com representantes de classe;
- Orientações quanto ao uso do sistema, acompanhamento aos Laboratórios de Informática;
- Sistema de acompanhamento on-line da quantidade de respostas por curso.

1.2.3 Resultados do Programa

Após a coleta de dados, tabulação dos resultados e emissão de relatórios, inicia-se o processo de análise e avaliação dos resultados.

No que se refere à avaliação docente, cada coordenador de curso participa, juntamente com a Direção Acadêmica, de discussões e análise dos resultados.

Estes resultados são utilizados pela Coordenação do Curso para avaliação e criação de procedimentos administrativos. Ao realizar a entrega individual dos resultados aos professores, cada coordenador orienta-os, visando sempre ao aprimoramento contínuo das atividades do curso.

Os docentes participam de reuniões de colegiado de curso e encontros pedagógicos nos quais são discutidos aspectos da avaliação institucional e melhorias nos processos de ensino e aprendizagem.

Uma das formas de participação dos alunos acontece por meio de reuniões realizadas pela coordenação com os representantes de classe, escolhidos pelos próprios alunos.

Os resultados da avaliação de infra-estrutura, serviços e biblioteca são analisados pela Direção do Câmpus e Direção Acadêmica, juntamente com os responsáveis pelas áreas específicas.

A avaliação interna, entendida como processo de diagnóstico e aperfeiçoamento, apresenta, para cada instrumento aplicado e para as bases de dados constituídas, resultados de forma clara e objetiva, que podem ser interpretados e utilizados pelos diversos atores do processo: gestores, professores, funcionários, alunos e comunidade. Nesta perspectiva, os relatórios, bem como a forma de comunicação, são elaborados visando sempre subsidiar a tomada de decisões em todos os níveis do processo de avaliação.

Pretende-se que seja possível uma reflexão clara da realidade com os relatórios produzidos, evitando juízos de valor sem fundamento com base apenas em impressões pessoais ou de grupos. Os relatórios da avaliação interna apontam os pontos fortes e fracos valendo-se dos dados analisados, enfatizando todas as dimensões institucionais que necessitam de intervenção.

Os diversos relatórios da avaliação são elaborados pela comissão de avaliação institucional, e a divulgação dos resultados para o corpo docente e administrativo dá-se por meio de relatórios individuais e confidenciais, além de discussões em encontros ou seminários de professores e/ou funcionários para tal finalidade.

Considerando-se a análise dos resultados das diversas avaliações de natureza interna e externa, construídos com base em uma visão conjunta dos diversos indicadores, procura-se a identificação de caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento das ações acadêmico-administrativas. Nesse sentido, algumas ações estão sendo implementadas e podem ser claramente identificadas, tais como:

- Intensificação do programa de formação continuada e qualificação docente;
- Maior envolvimento do corpo docente na elaboração e revisão do Projeto Pedagógico de cada curso;
- Revisão de critérios para a formação do quadro docente, tanto em nível de graduação como de pós-graduação;
- Busca constante de métodos inovadores que garantam a qualidade do ensino e da pesquisa;
- Melhorias na infra-estrutura disponibilizada aos docentes e discentes;
- Intensificação no relacionamento entre a direção e os representantes estudantis.

2. O Projeto de Auto-Avaliação da Universidade São Francisco - SINAES

2.1 Objetivos do Projeto

2.1.1 Objetivo geral

Permitir a elaboração de uma visão global da Universidade São Francisco tomando por base a identificação dinâmica de como se definem e comportam suas estruturas, atividades, funções e finalidades, de forma que esta análise e reflexão permitam ampliar e consolidar a consciência crítica, política e pedagógica, visando ao contínuo repensar da missão institucional.

2.1.2 Objetivos específicos

- Estabelecer uma metodologia quantitativo-qualitativa que permita gerar um banco de dados consistente e integrado, para a construção de indicadores relevantes para efeito de diagnóstico, controle e autoconhecimento, visando à melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão administrativa;
- Criar um sistema de informações com um conjunto de registros e indicadores institucionais que facilitem a interface institucional com o processo de avaliação externa;
- Fornecer elementos ao corpo diretivo sobre o desempenho da Instituição, que ofereçam subsídios e permitam o planejamento e dimensionamento de políticas de ensino e de gestão acadêmicas;
- Avaliar a coerência entre a missão institucional e as políticas de desenvolvimento institucional, acadêmicas e de integração comunitária, efetivamente implantadas;
- Criar mecanismos e formas de integração entre a avaliação interna/externa, de cursos e de desempenho de estudantes.

2.2 Metodologia

A organização deste processo prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais já se iniciaram e outras que podem ser desenvolvidas simultaneamente.

Neste momento do projeto, está se organizando o conjunto de ações dentro de um cronograma de execução descrito a seguir.

Também é apresentado um breve relato sobre a metodologia adotada em cada uma das ações, mas à medida que estas ações forem sendo implementadas, serão definidos, para cada uma delas, os sujeitos e/ou documentos a serem analisados, os procedimentos, os materiais de coleta de informação e os planos de análise de dados. Isto se justifica em razão do processo de transição e do sistema que vinha sendo praticado na IES para o Projeto de Avaliação Sinaes.

Este novo projeto abrange outros aspectos da Instituição que não eram regularmente avaliados, o que implica mudanças e acréscimo de instrumentos e de procedimentos de coleta de informações, que serão definidos ao longo da execução das etapas detalhadas no cronograma.

2.3 Cronograma do Projeto

Etapas	Prazo
1.ª Etapa: Preparação	
• Constituição da CPA e sua estrutura	2/2004 a 6/2004
• Análise/reflexão sobre a experiência de avaliação existente na Instituição	8/2004 a 3/2005
• Elaboração do Planejamento	10/2004 a 12/2004
• Sensibilização para o Projeto SINAES	9/2004 a 8/2005

2.ª Etapa: Desenvolvimento da auto-avaliação	
•Elaboração e revisão de instrumentos existentes	10/2004 a 4/2005
•Definição dos procedimentos e condições materiais necessárias	11/2004 a 4/2005
•Desenvolvimento do Sistema de Informação	12/2004 a 5/2005
•Pré-teste dos instrumentos e ferramentas de coleta de dados	2/2005 a 5/2005
•Treinamento e sensibilização dos envolvidos no processo de coleta de dados	10/2004 a 6/2005
•Aplicação do instrumento e ferramentas desenvolvidas (levantamento de dados, informações e opiniões, por meio de abordagens quantitativas e qualitativas)	11/2004 a 7/2005
•Incorporação dos resultados da avaliação de cursos e do desempenho de estudantes	7/2005 a 8/2005
•Sistematização, análise e consolidação dos dados	3/2005 a 9/2005
•Elaboração de Relatório parcial análise e recomendações	8/2005 a 10/2005

3.ª Etapa: Consolidação	
•Apresentação e discussão do Relatório Parcial com a comunidade acadêmica para discutir os resultados e publicação de experiências	11/2005
•Elaboração do Relatório Final	11/2005 a 3/2006
•Divulgação do Relatório Final	4/2006
•Realização de balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados	4/2006
•Entrega do Relatório de Avaliação Interna à CONAES	5/2006

4.ª Etapa: Avaliação Externa	
Recebimento da Comissão de Avaliação Institucional do MEC/INEP	6/2006

5.ª Etapa: Consolidação da Avaliação Interna / Avaliação Externa	
Seminário interno de apresentação e discussão dos Relatórios de Avaliação Interna e Externa	6 a 8/2006
Análise e incorporação dos resultados das diversas avaliações do MEC	8/2006
Produção de Relatório Final	9/2006
Metavaliação	10/2006
Seminário interno de Avaliação e Planejamento	10/2006
Relatório de encaminhamentos com sugestões, recomendações – metas e prazos	11/2006
Planejamento das próximas etapas para a continuidade do processo	11/2006

2.4 Metodologia adotada nas ações

1.ª Etapa: Preparação

- **Constituição da CPA e sua estrutura**

Objetivo

Constituir a CPA – Comissão Própria de Avaliação, e definir a sua estrutura de funcionamento.

Procedimentos

- Definir portaria criando a CPA;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para a participação;
- Divulgar o processo de eleição dos membros da CPA e realizá-lo por meio eletrônico;
- Nomear e dar posse aos membros eleitos.

Resultados

A CPA foi constituída por meio da Portaria GR 9/2004 de 17/2/2004 com as funções de coordenar e articular o processo de avaliação interna e sistematizar e prestar informações solicitadas pela CONAES/MEC (Anexo II).

A nomeação e posse dos membros da CPA-USF foi realizada por meio da Portaria GR 19/2004 de 4/6/2004, composta pelos seguintes membros:

- Presidente, designado pelo Reitor;
- 1 (um) representante Docente de cada câmpus, eleito pelos seus pares;
- 1 (um) representante Discente de cada câmpus, eleito pelos seus pares;
- 1 (um) representante Técnico-Administrativo de cada câmpus, eleito pelos seus pares;
- 1 (um) representante da sociedade civil organizada, indicado pelo Reitor;
- Assessores *ad hoc* a critério do Presidente.

Foi criado o Regulamento Próprio da CPA.

• Análise / reflexão sobre a experiência de avaliação existente na Instituição

Objetivo

Analisar os processos de avaliação existentes, levantar necessidades e sugestões de melhorias.

Procedimentos

- Levantar as ações existentes e o material resultante dos últimos processos de avaliação realizados;
- Atualizar a documentação destes processos, criando padronização adequada;
- Realizar reuniões com os setores envolvidos com a avaliação e discussão dos resultados obtidos.

Resultados

- Arquivo centralizado e organizado dos resultados das últimas avaliações realizadas;
- Relato com críticas e sugestões de melhorias para os processos de avaliação;
- Relato das necessidades de processos a serem desenvolvidos.

• Elaboração do Planejamento

Objetivo

Elaborar o Projeto de auto-avaliação seguindo as orientações fornecidas pela legislação e de acordo com a realidade institucional.

Procedimentos

- Levantar o histórico da Instituição e de todos os processos de avaliação institucional aqui realizados;
- Identificar os objetivos do projeto de avaliação institucional;
- Estudar estratégias metodológicas para cada dimensão a ser avaliada, critérios e padrões com base nos quais a avaliação se processará, ordenando-as em: organização institucional, corpo social e Infra-estrutura física e logística;
- Definir recursos necessários e calendário das ações avaliativas.

Resultados

Projeto de Avaliação Institucional;
Matriz orientadora dos tópicos a serem avaliados, agrupados nas suas respectivas dimensões;
Definição de equipes de apoio.

- **Sensibilização para o Projeto SINAES**

Objetivo

Sensibilizar o corpo docente e discente para a participação na avaliação institucional.

Procedimentos

- Organizar seminários e fóruns de discussão sobre a avaliação institucional;
- Divulgar notícias, informações e legislação sobre a avaliação institucional.

Resultados

Realização de 8 encontros com coordenadores e funcionários técnico-administrativos;
Publicação de notícias no portal e intranet sobre o processo de Avaliação;
Criação/Manutenção de site específico para a avaliação;
Envio de e-mail a todos os usuários da rede interna sobre o processo de Avaliação;
Participação nos encontros de Presidentes de CPA do Estado de São Paulo;
Publicação de notícia no *São Francisco Express*, mostrando a importância do SINAES;
Realização contínua do processo de sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica por meio de seminários e fóruns de discussão;
Reuniões com os alunos representantes de classe explicitando o Processo de Avaliação Institucional;
Reuniões em colegiado de curso explicitando aos docentes o Processo de Avaliação Institucional.

2.ª Etapa: Desenvolvimento da auto-avaliação

- **Elaboração e revisão de instrumentos existentes**

Objetivo

Revisar os instrumentos existentes e classificá-los de acordo com as dimensões propostas pelo SINAES.

Procedimentos

Analisar os documentos institucionais que relatam as práticas de avaliação e categorização dentro das dimensões.

Resultados

Possíveis instrumentos revisados e/ou elaborados:

Dimensão Organização Institucional

- Levantamento PDI e PPI: políticas e articulações com Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Levantamento da estrutura de Órgãos Colegiados;
- Levantamento dos Programa de Auto-Avaliação (abrangência, participação, divulgação);
- Levantamento das Avaliações Externas realizadas (resultados, ações);
- Análise de relatórios resultantes da Pesquisa de Satisfação com alunos e docentes;
- Entrevistas com Coordenadores, representantes de classe.

Dimensão Corpo Social

- Levantamento dos Planos de Carreira Docente;
- Elaboração do Plano de Carreira Técnico-Administrativo;
- Levantamento dos programas de capacitação;
- Análise da produção científica dos docentes;
- Pesquisa de Satisfação dos Alunos de Graduação e Pós-Graduação com os Docentes e Coordenação;
- Pesquisa de Satisfação dos Docentes com suas Turmas e sua Auto-Avaliação;
- Pesquisa de Satisfação dos Docentes com o Coordenador do Curso;
- Pesquisa de Satisfação dos Coordenadores com os Docentes do Curso;
- Pesquisa de Perfil do Ingressante;
- Pesquisa de Perfil do Estudante;
- Expectativa dos Alunos Concluintes;
- Pesquisa com Alunos Egressos;
- Pesquisa de Clima Organizacional;
- Levantamento dos programas de Desenvolvimento Acadêmico para os discentes;
- Levantamentos das condições institucionais.

Dimensão Infra-Estrutura Física e Logística

- Pesquisa de Satisfação sobre Infra-Estrutura, Serviços Administrativos e Biblioteca;
- Pesquisa de Clima Organizacional;
- Levantamento de espaços físicos.

• Definição dos procedimentos e condições materiais necessárias

Objetivo

Definir procedimentos a serem adotados na coleta de dados e recursos necessários.

Procedimentos

- Comunicar aos envolvidos;
- Providenciar pedidos de autorização para a coleta de dados.

Resultados

Descrição detalhada dos procedimentos.

• Desenvolvimento de Sistema de Informação

Objetivo

Desenvolver um sistema de informações integrando as bases de dados já existentes às bases criadas pelo sistema.

Procedimentos

- Realizar a análise de requisitos;
- Desenvolver a modelagem de dados;
- Implementar a aplicação, definindo interfaces de entrada de dados, consultas e relatórios;
- Testar o sistema;
- Implantar o sistema e treinar os usuários.

Resultados

- Bases de dados integradas ao Sistema Acadêmico e Administrativo existente;
- Relatórios e consultas gerados a partir das bases de dados.

- **Pré-teste dos instrumentos e ferramentas de coleta de dados**

Objetivo

Garantir que os instrumentos desenvolvidos serão válidos para a aplicação a que se destinam.

Procedimentos

- Definir a amostra;
- Comunicar os envolvidos no processo de coleta de dados;
- Testar os instrumentos.

Resultados

Relato das alterações a serem realizadas nos instrumentos e sugestões.

- **Treinamento e sensibilização dos envolvidos no processo de coleta de dados**

Objetivo

Sensibilizar os envolvidos em cada processo de coleta, treinando-os para a utilização dos instrumentos.

Procedimentos:

- Realizar encontros com os envolvidos em cada câmpus, nas diversas dimensões;
- Elaborar documentação dos instrumentos.

Resultados

- Realização de encontros quinzenais em cada câmpus para a organização dos dados que estão sendo coletados e orientação das equipes.

- **Aplicação do instrumento e ferramentas desenvolvidas**

Objetivo

Coletar os dados por meio dos instrumentos e ferramentas desenvolvidas.

Procedimentos

- Planejar as datas de aplicação de cada instrumento;
- Providenciar, quando necessário, autorização de acesso;
- Definir e comunicar aos responsáveis;
- Realizar a coleta de dados por meio de questionários, entrevistas, leituras de documentos e consultas à base de dados, utilizando abordagem quantitativa e qualitativa;
- Realizar rotinas de *back-up*.

Resultados

- Base de dados gerada a partir da modelagem feita;
- Análise dos dados e integração com as bases já existentes.

• Incorporação dos resultados da avaliação de cursos e do desempenho de estudantes

Objetivo

Incorporar os resultados da avaliação institucional a outros resultados de avaliação.

Procedimentos

- Elaborar relatório-síntese de cada Avaliação de Cursos de Graduação (ACG) realizada nos últimos 3 anos;
- Levantar ações desenvolvidas com base nestas avaliações;
- Levantar dados e simular avaliações para os cursos ainda não avaliados;
- Analisar os resultados do ENADE e elaborar relatório;
- Analisar os resultados da Prova Pluridisciplinar aplicada nos últimos anos;
- Integrar os resultados, analisando os mais diversos aspectos.

Resultados

Relatório-síntese integrando os diversos resultados.

• Sistematização, análise e consolidação dos dados

Objetivo

Consolidar os dados coletados para a geração de Relatório Final.

Procedimentos

- Tabulação dos dados quantitativos;
- Geração de relatórios.

Resultados

Relatório parcial contendo a análise dos dados e recomendações.

3. Referências Bibliográficas

BAUER. W. M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto:** imagem e som: um manual prático**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BELLONI, Isaura et al. A educação superior na nova LDB. In: Brzezinski (Org.). **LDB interpretada**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação**: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo, Brasília: Cortez, 1998.

ESTATUTO DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO. Bragança Paulista, 2004.

FELTRAN, Regina Célia de Santis (Org.). **Avaliação na educação superior**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

MARBACK NETO, Guilherme. **A avaliação institucional como instrumento de gestão universitária.** Marília, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2001.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L.G.C. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.vol. I.

PLANO ESTRATÉGICO – Universidade São Francisco – (2003-2008). Bragança Paulista, SP, 2003.

RISTOFF, D. I. Avaliação institucional: pensando princípios. In: BALZAN; SOBRINHO (Org.). **Avaliação institucional:** teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2000.

ROCHA, C. H.; GRANEMANN, S. R. (Org.). **Gestão de instituições privadas de ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHWARTZMAN, S. Avaliação institucional para a melhoria do ensino e da aprendizagem (1998). In: FELTRAN, R. C. S. (Org.). **Avaliação na educação superior**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - 2. ed., ampliada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOBRINHO J. Dias; BALZAN, Newton C. (Org.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências, 2.ed. São Paulo: Cortez, , 2000.

SOUSA, Ana M. C. de. Avaliação institucional para a melhoria do ensino e da aprendizagem. In: FELTRAN, R. C. S. (Org.). **Avaliação na educação superior**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SOUSA, Eda C. B. Machado de (Org.). **Avaliação institucional:** uma abordagem prática. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. v.6.

TRIGUEIRO, Michellangello Giotto Santoro. A avaliação institucional nas universidades brasileiras: uma política do ensino superior. **Estudos e Debates**, Brasília, n. 20, p. 37-109, mar. 1999.

ANEXO I

Histórico de Atividades do Programa de Avaliação Institucional da Universidade São Francisco (2002-2005)

Outubro 2002/Janeiro 2003

- Estudo e elaboração dos instrumentos de pesquisa:
    - Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    - Satisfação dos docentes e coordenadores;
    - Satisfação sobre infra-estrutura.

Fevereiro 2003/Abril 2003

- Apresentação dos instrumentos ao corpo docente nas reuniões de planejamento pedagógico ocorridas no início do semestre letivo em cada câmpus.
- Coleta de sugestões para os instrumentos.
- Desenvolvimento do sistema para aplicação da pesquisa via internet.
- Processo de sensibilização do corpo discente e docente para a participação na avaliação institucional, por meio de envio de e-mails, publicação de notícias no portal, cartazes, reuniões com representantes de classe, reuniões de colegiado de curso.

Maio 2003/Julho 2003

- Aplicação dos instrumentos para as turmas oferecidas no 1.º semestre – 2003
- Tabulação e emissão de relatórios: por câmpus, por curso, por professor e disciplinas – quantitativo e qualitativo das pesquisas de:

    Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    Satisfação dos docentes e coordenadores;
    Satisfação sobre infra-estrutura.

Agosto 2003

- Divulgação dos resultados da pesquisa de satisfação aos coordenadores e professores.
- Reunião para discussão dos resultados com os coordenadores.
- Publicação dos resultados nos quadros de aviso de cada prédio nos câmpus.
- Publicação no informativo *São Francisco Express* dos resultados para a comunidade acadêmica.

Outubro 2003

- Preparação do instrumento de pesquisa de clima organizacional.

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

Novembro 2003

- Processo de sensibilização do corpo discente e docente para a participação na avaliação institucional, por meio de envio de e-mails, publicação de notícias no portal, cartazes, reuniões com representantes de classe, reuniões de colegiado de curso.
- Aplicação dos instrumentos para as disciplinas oferecidas no 2.º semestre – 2003:
    - Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    - Satisfação dos docentes e coordenadores.
- Divulgação das ações resultantes da pesquisa de infra-estrutura realizada no 1.º semestre – 2003.
- Aplicação da pesquisa de clima organizacional para o corpo diretivo, docente e técnico-administrativo.

Dezembro 2003

- Tabulação e emissão de relatórios: por câmpus, por curso, por professor e disciplinas – quantitativo e qualitativo das pesquisas de:
    - Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    - Satisfação dos docentes e coordenadores.

Fevereiro 2004

- Divulgação dos resultados aos coordenadores e professores.
- Reunião para discussão dos resultados com os coordenadores.
- Portaria criando a CPA – Comissão Própria de Avaliação.

Março 2004

- Tabulação e emissão de relatórios: por câmpus – quantitativo e qualitativo da Pesquisa de Clima Organizacional.
- Divulgação dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional nos fóruns de coordenadores e fóruns administrativos nos câmpus.
- Estudo para reformulação dos instrumentos de satisfação dos alunos com seus professores e satisfação dos docentes e coordenadores.
- Elaboração do instrumento do perfil do estudante e perfil do aluno ingressante.

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

Abril 2004

- Apresentação dos novos instrumentos nos Fóruns de Coordenadores para coleta de sugestões.
- Aplicação do instrumento piloto com os alunos e coleta de sugestões.
- Manutenção do software utilizado no Sistema de Avaliação Institucional, adequando-o ao novo instrumento.
- Aplicação do instrumento do perfil do estudante (aluno que ingressou até 2003) e perfil do aluno ingressante em 2004.

Maio 2004/Junho 2004

- Processo de sensibilização do corpo discente e docente para a participação na avaliação institucional, por meio de envio de e-mails, publicação de notícias no portal, cartazes, reuniões com representantes de classe, reuniões de colegiado de curso.
- Aplicação dos instrumentos para todas as disciplinas oferecidas no 1 semestre de 2004:
    - Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    - Satisfação dos docentes com o coordenador;
    - Satisfação dos docentes com a turma e a disciplina;
- Eleição e posse da Comissão Própria de Avaliação conforme legislação do SINAES.

Julho 2004

- Tabulação e emissão de relatórios: por câmpus, curso, professor e disciplinas, quantitativo e qualitativo das pesquisas de:
    - Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    - Satisfação dos docentes com o coordenador;
    - Satisfação dos docentes com a turma e a disciplina.
- Divulgação dos resultados aos coordenadores e professores.
- Reunião para discussão dos resultados com os coordenadores.
- Reuniões da CPA:
    - 2/7/2004 - apresentação do processo de avaliação institucional.
    - 26/7/2004 - discussão dos resultados da pesquisa de satisfação.

Agosto 2004

- Reunião da CPA em 16/8 para o estudo das diretrizes propostas pelo SINAES.

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

Setembro 2004

- Tabulação e emissão de relatórios: por câmpus, por curso – quantitativo e qualitativo do perfil do estudante (ingressante até 2003) e perfil do aluno ingressante em 2004.
- Divulgação dos resultados aos coordenadores de curso.
- Reunião da CPA em 27/9 para o estudo do roteiro da auto-avaliação das instituições.
- Sensibilização para o processo de auto-avaliação conforme a legislação do SINAES por meio da realização de fóruns de discussão com coordenadores e funcionários técnico-administrativos realizados nas seguintes datas:
    - 14/9 – Coordenadores câmpus Itatiba e Campinas.
    - 15/9 – Coordenadores câmpus Bragança Paulista.
    - 16/9 – Coordenadores câmpus São Paulo.
    - 21/9 – Funcionários Técnico-administrativos câmpus São Paulo.
    - 22/9 – Funcionários Técnico-administrativos câmpus Brag.Pta.
    - 30/9 – Funcionários Técnico-administrativos câmpus Itatiba – 9h.
    - 30/9 – Funcionários Técnico-administrativos câmpus Campinas – 14h.

Outubro 2004

- Elaboração, pelos coordenadores de curso, do Relatório Síntese do Perfil dos alunos.
- Discussão do Perfil do Estudante e Ingressantes nas Reuniões de Colegiado.
- Participação da Presidente da CPA no encontro de coordenadores de CPA de IES do estado de São Paulo (4, 5 e 6/10) em São Paulo/SP – Centro Universitário FMU.
- Reunião da CPA em 18/10 para a discussão do projeto de auto-avaliação da USF, a ser entregue conforme recomendação do SINAES.

Novembro 2004

- Participação da Presidente da CPA como palestrante de um Grupo de Estudos composto por presidentes de CPAs no dia 18 de novembro de 2004, no Centro Universitário da FEI, para a discussão da Proposta da Auto-Avaliação.
- Reunião da CPA em 22/11 para a discussão da metodologia e calendário do projeto de auto-avaliação da USF.
- Processo de sensibilização do corpo discente e docente para a participação na avaliação institucional, por meio de envio de e-mails, publicação de notícias no portal, cartazes, reuniões com representantes de classe, reuniões de colegiado de curso.
- Aplicação dos Instrumentos para as disciplinas oferecidas no 2.º semestre – 2004:
    - Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    - Satisfação dos docentes com o coordenador.

Continuação do anexo à Resolução CONSEPE 14/2005

Dezembro 2004

- Tabulação e emissão de relatórios: por câmpus, por curso, por professor e disciplinas – quantitativo e qualitativo das pesquisas de:
    - Satisfação dos alunos de graduação e pós-grad. com seus professores;
    - Satisfação dos docentes com o coordenador.

Janeiro 2005

- Divulgação dos resultados aos coordenadores e professores durante os Encontros Pedagógicos e Reunião de Colegiado de cada curso.
- Apresentação e discussão da Proposta de Auto-Avaliação com docentes.

Fevereiro2005

- Análise dos processos de Avaliação existentes na Universidade, para revisão e elaboração de instrumentos.
- Definição das dimensões e grupos de trabalho para o Projeto SINAES.
- Revisão do Projeto de Auto-Avaliação.
- Participação da presidente da CPA em reunião com o Grupo de Estudos composto por presidentes de CPAs, no dia 24 de fevereiro de 2005, no Centro Universitário da FEI, para a discussão do andamento da Proposta da Auto-Avaliação.

ANEXO II - Composição do CPA – Comissão Própria de Avaliação – UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Nº Membros	REPRESENTAÇÃO / CARGO	NOME	Ato Legal	MANDATO
1	**Presidente**	Profa. Vania Franciscon Vieira	Portaria GR 9/2004	Nomeado pelo reitor
4	**Representante Docente**	Pedro Antonio Domingues – câmpus Bragança Paulista Suplente: não há	Comunicado GR	
		João Roberto Moro – câmpus Campinas Suplente: Paulo Lot Júnior	Comunicado GR 1/2005	15/3/2005 – 15/3/2006
		Prof. Ricardo Primi – câmpus de Itatiba Suplente: não há	Comunicado GR 8/2004	14/6/2004 – 14/6/2005
		Viviane Rodrigues Mestre – câmpus São Paulo Suplente: não há	Comunicado GR 11/2004	29/11/2004 – 29/11/2005
4	**Representante Discente**	Fernando Cesar Aranha Lenat – câmpus Bragança Paulista Suplente: não há	Comunicado GR 9/2004	29/11/2004 – 29/11/2005
		Alan Thiago do Prado – câmpus Campinas Suplente: não há	Comunicado GR 8/2004	14/6/2004 – 14/6/2005
		Willian Parreira Lima Júnior – câmpus Itatiba Suplente: Alexandre Torricelli do Amaral	Comunicado GR 9/2004	29/11/2004 – 29/11/2005
		Sabrina Moreira Amaral – câmpus São Paulo Suplente: Adriana Aparecida Mazagão	Comunicado GR 8/2004	14/6/2004 – 14/6/2005
4	**Representante Técnico-Administrativo**	–câmpus Bragança Paulista Suplente: não há	Fazer eleição	
		Andréia Cristina Borges Rela Zattoni – câmpus Campinas Suplente: não há	Comunicado GR 10/2004	29/11/2004 – 29/11/2005
		André Renato Bakalereskis – câmpus Itatiba Suplente: não há	Comunicado GR 8/2004	14/6/2004 – 14/6/2005
		Eduardo Leandro Medeiros – câmpus São Paulo Suplente: Edson Freitas Pereira	Comunicado GR 8/2004	14/6/2004 – 14/6/2005
1	**Representante Sociedade**	Miguel Ângelo Padberg Ikassati	Portaria GR 9/2004	14/6/2004 – 14/6/2005